

## PESQUISA E ATITUDE INVESTIGATIVA NO SERVIÇO SOCIAL: DIMENSÕES DA FORMAÇÃO E DO TRABALHO PROFISSIONAL

**Gissele Carraro**

<https://orcid.org/0000-0002-3143-9708>

Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Cubanos, Brasília/DF- Brasil

[gcarraro@unb.br](mailto:gcarraro@unb.br)

**Recebido em: 11 e dezembro de 2023**

**Aceito em: 27 de dezembro de 2023**

**Resumo:** O presente artigo discute a pesquisa e a atitude investigativa como dimensões constitutiva e constituinte da formação e do trabalho profissional. Parte-se do pressuposto que há uma indissociabilidade entre a investigação e a intervenção, considerando que requerem, ao mesmo, a identificação de demandas presentes na sociedade e a formulação de respostas profissionais frente às múltiplas expressões da questão social com as quais trabalham os/as Assistentes Sociais. A partir da análise documental da base legal e normativa do Serviço Social, bem como de revisão bibliográfica se demonstra a finalidade que cumprem, como instrumento de intervenção social, meio para a produção de conhecimentos e princípio formativo/educativo.

**Palavras-chave:** Pesquisa; Atitude Investigativa; Formação Profissional; Trabalho.

## RESEARCH AND INVESTIGATIVE ATTITUDE IN SOCIAL WORK: DIMENSIONS OF PROFESSIONAL TRAINING AND PROFESSIONAL WORK

**Abstract:** This article discusses research and the investigative attitude as constitutive and constituent dimensions of professional training and work. It starts from the premise that there is an inseparable link between investigation and intervention, considering that both require the identification of demands present in society and the formulation of professional responses to the multiple expressions of the social Issue with which Social Workers engage. A documentary analysis of the legal and normative basis of Social Work, as well as a bibliographical review follow as a means of demonstrating the purpose they serve as an instrument of social intervention, a means for the production of knowledge, and a formative/educational principle.

**Keywords:** Research; Investigative Attitude; Professional Training; Work.

## INTRODUÇÃO

A pesquisa e a atitude investigativa, como elemento articulador e transversal ao processo de formação (em nível de graduação e pós-graduação) e ao exercício profissional em Serviço Social, configura-se enquanto dimensão constitutiva e

constituente da profissão. Constitutiva, considerando a inserção histórica da profissão na divisão sócio-técnica do trabalho coletivo da sociedade e sua natureza interventiva, onde se estabelece como quesito fundamental para atuação crítica e propositiva, que faça frente às manifestações múltiplas da questão social, a indissociável articulação, unidade e complementaridade entre teoria e prática. (Bourguignon, 2008).

É essa dupla conjugação que possibilita o conhecimento das situações e dos processos sociais que envolvem a realidade sobre a qual incidirá a ação transformadora, a apreensão das formas de luta e resistência gestadas pelos indivíduos sociais em resposta às refrações da questão social onde se incluem alternativas para seu enfrentamento, bem como a formulação de propostas e definição de meios para concretização das finalidades da intervenção.

Nesse sentido, pode-se dizer que há uma relação dialética entre investigação e intervenção especialmente para profissionais que pretendem analisar os fenômenos e processos sociais de modo qualificado para aprendê-los em sua dinâmica e em suas múltiplas relações e determinações, “[...] tanto em dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; [...] capaz de entender o ‘tempo presente, os homens presentes, a vida presente’ e nele atuar contribuindo, também, para moldar os rumos de sua história” (Iamamoto, 2004, p. 49) na direção social pretendida pelo projeto ético-político. Ou seja, um intelectual cujo trabalho realize a transformação da matéria do Serviço Social, as múltiplas expressões da questão social, formulando e implementando propostas que visem a ruptura com “processos sociais subalternizadores e para a potencialização de processos sociais emancipatórios [...] que instiguem a mobilização, a conscientização, a organização, a autonomia, a participação efetiva dos sujeitos no conjunto da vida social.” (Prates, 2013, p. 1-2).

Constituinte, porque os avanços na pesquisa e na produção do conhecimento do Serviço Social, ao longo de sua trajetória histórica, conferiram “legitimidade enquanto área do conhecimento no contexto das ciências sociais particulares, e também perante as agências de fomento.” (Simionato, 2005, p. 51). Como é sabido, apenas no final da década de 1970 foram criados os primeiros programas de pós-graduação *stricto sensu* na área, representando “[...] o rompimento com a postura positivista de separação entre o pensar e o agir, que durante décadas manteve os assistentes sociais como meros sujeitos da intervenção profissional e consumidores

de teorias elaboradas por outras disciplinas profissionais” (Silva e Silva; Carvalho, 2007, p. 197), atribuindo, assim, um novo estatuto à profissão.

Como resultado, registra-se as significativas contribuições e avanços em termos de qualificação da formação (em nível de graduação e pós-graduação) e do trabalho profissional, assim como em relação à ampliação, ao amadurecimento e à consolidação da pesquisa e produção de conhecimentos na área sobre eixos temáticos de representatividade, com destaque para as políticas públicas sociais, “[...] terreno contraditório em que se inscreve majoritariamente a atuação do assistente social em resposta às expressões das desigualdades sociais, condensadas nas múltiplas expressões da questão social.” (Iamamoto, 2008, p. 459).

Não se deixar de mencionar outros temas que historicamente, com mais ou menos representatividade, tem integrado a agenda profissional, como trabalho, cultura, identidades e subjetividade dos sujeitos, família, sociabilidade e cotidiano, conflitos e movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular, formação profissional, fundamentos e trabalho do/a assistente social.

É inegável o acúmulo de conhecimentos e a sistematização de experiências práticas, especialmente nas últimas três décadas, pelo Serviço Social, que têm propiciado fecundas análises e avaliações acerca das possibilidades, dos dilemas e desafios postos para a formação e o exercício profissional, haja vista o contexto sócio-histórico atual, de crise estrutural e permanente, de ajuste fiscal e de um processo de contrarreformas, com desmonte do financiamento na esfera das políticas sociais, inclusive reduzindo e contingenciando recursos para a educação e ciência brasileira, comprometendo a continuidade e ampliação de pesquisas.

No sentido em questão, as condições sociais que circunscrevem as relações sociais e o trabalho concreto cotidiano nos espaços ocupacionais impõem condicionantes à autonomia do/a assistente social na condução das atividades profissionais e ao significado social de seus resultados, exigindo posturas críticas atualizadas, comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional e fundamentadas teórico e metodologicamente, necessárias para responder às demandas da realidade brasileira na atual conjuntura. Portanto, a pesquisa e a atitude investigativa são fundamentadas nesse processo.

## METODOLOGIA

O método utilizado no estudo realizado sobre pesquisa e atitude investigativa no Serviço Social foi o materialismo histórico e dialético.

O método é apenas um guia, um arcabouço genérico, uma orientação para a razão no conhecimento de cada realidade. De cada realidade é preciso capturar *as suas* contradições particulares, *o seu* movimento individual (interno), *a sua* qualidade e *as suas* transformações bruscas. A forma (lógica) do método, deve, então, subordinar-se ao conteúdo, ao objeto, à *matéria* estudada; ela permite abordar de forma eficaz seu estudo, captando os aspectos mais gerais dessa realidade, mas não substitui jamais a pesquisa científica por uma construção abstrata. Mesmo que *a exposição* dos resultados obtidos tenha o aspecto de reconstrução da coisa, isso não é mais do que uma aparência: não existe construção ou reconstrução factual, mas um encadeamento de resultados da pesquisa e da análise, de modo a reconstituir em seu conjunto o movimento (a história) da coisa, por exemplo, a história do Capital. (Lefebvre, 2009, p. 34).

Para o desenvolvimento do estudo em tela efetuou-se revisão bibliográfica e análise documental. Em relação à revisão bibliográfica, esta contribuiu para o acesso ao conhecimento produzido sobre o tema elegido, considerando estudos e autoras que tratavam diretamente sobre o assunto. Diferentemente da revisão bibliográfica a análise documental partiu da

[...] **análise de um ou vários documentos que não foram produzidos pelo pesquisador**, ou seja, documentos acerca de políticas, normativas, planos, projetos, cartas, obras literárias, filmes, fotos, formulários de bancos de dados que compõem dados secundários, entre outros, pré-existentes a investigação (Prates, J.; Prates, F. 2009, p. 117, grifo nosso).

A seleção do material analisado foi através da localização e do levantamento de documentos disponibilizados em versões digitais e impressos. Entre os materiais utilizados encontram-se os seguintes documentos: Proposta de diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996; Diretrizes Curriculares elaboradas pela equipe de especialistas de 1999; Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviços Sociais aprovada pelo MEC em 2002; Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social; Lei de Regulamentação da Profissão de Assistente Social de 1993; Código de Ética do/a Assistente Social de 1993.

De posse do material efetuou-se uma aproximação às fontes que tratavam especificamente do tema de estudo e fossem referências nas discussões a respeito da pesquisa a atitude investigativa no Serviço Social. Após a localização e seleção do material se procedeu ao estudo da documentação. Para isso, foi empregado como instrumento um roteiro de análise documental, visando à sistematização de dados e, posteriormente, submissão a um tratamento analítico. Ou seja, o material obtido passou por um processo de seleção, organização e reorganização, codificação, tabulação e análise por meio da técnica de análise de conteúdo.

Submeteu-se o material a um processo de organização e preparação, mediante “leitura flutuante”, que consistiu em “conhecer o texto deixando-se invadir por impressões e orientações” (Bardin, 2009, p. 122). Isso possibilitou identificar o conjunto de informações presentes nos documentos e constituir um corpus de análise, um “conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 2009, p. 122). A partir disso, realizaram-se inferências e interpretações sobre o conteúdo manifesto e latente, que consistiu em um movimento de articulação entre descrição, interpretação, compreensão e explicação dos dados obtidos, mediando o referencial teórico-metodológico utilizado pela autora, resultando nessa produção científica.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Desde a revisão curricular do Serviço Social de 1982, a pesquisa e a atitude investigativa têm sido incorporadas no processo de formação e no exercício profissional como condições essenciais, dimensões constitutivas, elementos transversais, recursos fundamentais intrínsecos à profissão, como pode ser verificado na análise efetuada na base legal e normativa da profissão.

Na proposta de Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, a pesquisa e a atitude investigativa compõem e/ou perpassam os princípios, as diretrizes, os núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional, as matérias básicas na forma de disciplina e atividades complementares e, as atividades indispensáveis integradoras do currículo.

No que diz respeito aos princípios que fundamentam a formação profissional a pesquisa e a atitude investigativa se fazem presentes da seguinte forma:

2. **Rigorous trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social**, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social.
3. **Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social** em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; [...]
5. Estabelecimento das **dimensões investigativa** e interventiva como **princípios formativos** e **condição central** da formação profissional, e da relação teoria e realidade; [...]
8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, **pesquisa** e extensão [...]. (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996, p. 6-7, grifo nosso).

Como se pode verificar, a pesquisa e a atitude investigativa, aparecem implicitamente nos princípios 2 e 3 associadas a apropriação da teoria social crítica que possibilita o conhecimento e rigorosa análise da realidade para identificar demandas, limites e alternativas viáveis a serem mobilizadas na condução do trabalho a ser realizado, bem como fazer escolhas quanto aos fins e meios para responder às demandas sociais.

Merece destacar também, a transversalidade da pesquisa e da atitude investigativa nos processos formativos envolvendo a relação reconhecidamente necessária entre ensino, pesquisa e extensão na formação graduada e pós-graduada e a produção de conhecimento em diálogo com as demandas e necessidades sociais, possibilitadora da mediação entre teoria e realidade/teoria e prática.

Em relação às *diretrizes curriculares*, a pesquisa e a atitude investigativa são explicitadas como instrumento de intervenção social e ferramenta para o conhecimento da realidade sócio-histórica brasileira e dos processos sociais que conformam essa sociedade, as particularidades do capitalismo no país e significado social do Serviço Social, compreendendo a

1. **Apreensão crítica do processo histórico** como totalidade;
2. **Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos** que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. **Apreensão do significado social da profissão** desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. **Apreensão das demandas** - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potencializem o enfrentamento da questão social,

considerando as novas articulações entre público e privado [...]. (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996, p. 7, grifo nosso).

Diante do exposto nas diretrizes constatou-se que, apesar da investigação ser especificada em uma única diretriz, entende-se que é uma exigência para efetivar as demais, tendo em vista o cumprimento das competências e atribuições previstas na legislação profissional.

Do mesmo modo, a pesquisa e a atitude investigativa perpassam a *organização curricular*, nos processos de ensino-aprendizagem dos núcleos de fundamentação – constitutivos do projeto de formação profissional – como parte do instrumental de trabalho e ferramenta para viabilizar a produção de conhecimentos que subsidiem análises crítico-reflexivas dos/as assistentes sociais nos processos formativos e no exercício profissional.

A partir dessa ótica, no serviço social, assumido como profissão interventiva, o conhecimento a ser construído pela investigação tem como horizonte não apenas a compreensão e explicação do real, mas a instrumentação de um tipo determinado de ação sobre o real. (Baptista, 2006, p. 29).

Nessa linha de raciocínio, no *Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social* consta que “o **conhecimento** apresenta-se como uma das expressões do desenvolvimento da **capacidade humana de compreender e explicar a realidade** nas suas múltiplas determinações” (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996, p. 10, grifo nosso) como pressuposto para a intervenção sobre e na realidade. No processo de produção do conhecimento realiza-se um duplo movimento de ir e vir, edificado a partir de sucessivas aproximações que vão delimitando a sua construção e reconstrução, inclusive pela incorporação de novos conceitos, novas informações, reflexões socialmente arquitetadas por diferentes sujeitos, media a relação teoria/prática, em uma atuação que quando racional organiza-se por “operações complexas e interligadas” (Baptista, 2001, p. 15). Nessa ótica, o conhecimento para elevar-se ao nível teórico passa necessariamente pela experiência, pela prática social, sendo reelaborado pelo sujeito em contato com a realidade.

De igual modo, no *Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira* comparece a menção sobre o conhecimento da sociedade

brasileira e a apreensão da gênese e das manifestações da questão social e, das particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país como necessidade para perceber a função do exercício profissional na dinâmica contraditória da atual conjuntura, abarcando o

[...] **conhecimento da constituição** econômica, social, política e cultural **da sociedade brasileira**, na sua configuração dependente, urbano-industrial, nas diversidades regionais e locais, articulada com a análise da questão agrária e agrícola, como um elemento fundamental da particularidade histórica nacional. Esta análise se direciona para a **apreensão dos movimentos que permitiram a consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país**, bem como os impactos econômicos, sociais e políticos peculiares à sociedade brasileira, tais como suas desigualdades sociais, diferenciação de classe, de gênero e étnico raciais, exclusão social, etc. [...] Estes conteúdos implicam em uma **constante e atenta análise conjuntural** da sociedade brasileira, em sua inserção internacional, tendo em vista o **acompanhamento dos processos sociais em curso**, geradores das múltiplas manifestações da questão social. (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996, p. 11, grifo nosso).

Nesta discussão, a pesquisa e a atitude investigativa são assumidas como exigências para as análises histórico-estruturais e conjunturais da sociedade brasileira, bem como para o acompanhamento dos processos sociais geradores das múltiplas manifestações da questão social que fornecerão subsídios para compreender os fenômenos sociais com os quais trabalha o/a assistente social, no contexto das relações sociais, ressignificando o seu objeto de intervenção, definindo objetivos, estratégias, táticas e instrumental técnico-operativo para o desenvolvimento do trabalho profissional.

Já no *Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional*, que trata do Serviço Social como uma especialização do trabalho, seus elementos constitutivos, sua trajetória histórica, das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão, comparece a atitude investigativa como “postura investigativa”. Segundo o documento da ABEPSS (1996, p. 13, grifo nosso):

a **postura investigativa** é um suposto para a **sistematização teórica e prática** do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social. Este conteúdo da formação profissional está vinculado à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional.

Neste sentido, a sistematização teórico e prática demarcam uma preocupação em assegurar a produção, organização e análise de dados e informações, a partir de uma atitude crítico-investigativa, como recurso imprescindível ao exercício profissional, como “uma necessidade imperativa ao Serviço Social à medida que o profissional faz a crítica ao real, localiza seu objeto de intervenção, projeta, desenvolve e avalia sua ação [...]” (Bourguignon, 2008, p. 50).

Outrossim, a pesquisa/investigação em Serviço Social compõe as *matérias básicas* que materializam os núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional, desdobrando-se como disciplina e atividades complementares (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social / Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social, 1996, p. 15-16, grifo nosso):

**Pesquisa em Serviço Social:** Natureza, método e processo de construção de conhecimento: o debate teórico-metodológico. A elaboração e análise de indicadores sócio-econômicos. A **investigação** como dimensão constitutiva do trabalho do assistente social e como subsídio para a **produção do conhecimento** sobre processos sociais e reconstrução do objeto da ação profissional.

atividades complementares: constituídas por **atividades de pesquisa** e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho. As atividades formativas básicas têm por objetivo dar relevância às **atividades de pesquisa** e extensão, afirmando a **dimensão investigativa** como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade.

Como se pode verificar na proposta para o projeto de formação profissional da ABESS/CEDEPS de 1996, a pesquisa/investigação cumpre com duas finalidades: a de instrumento de intervenção social, meio para a produção de conhecimentos e princípio formativo/educativo.

Pesquisa pode significar condição de consciência crítica e cabe como componente necessário de toda proposta emancipatória. Para não ser mero objeto de pressões alheias, é ‘mister’ encarar a realidade com espírito crítico, tornando-a palco de possível construção social alternativa. Aí, já não se trata de copiar a realidade, mas de reconstruí-la conforme os nossos interesses e esperanças. É preciso ‘construir a necessidade de construir novos caminhos’, não receitas que tendem a destruir o desafio da construção. (Demo, 1997, p. 10).

Ressalta-se ainda, a importância e contribuição dos *núcleos e grupos de pesquisa* no processo de formação profissional, constituem-se como espaços

didático-pedagógicos, visto que buscam privilegiar a articulação entre ensino, investigação e extensão e a interface entre graduação e pós-graduação (Prates *et al.*, 2012). Vale pontuar que estes espaços podem ou não vincular-se aos programas de pós-graduação, sendo que nas séries históricas sistematizadas pelo CNPq registrou a existência de um total de 310 grupos de pesquisa no Serviço Social (CNPq, 2016), os quais associam-se ou não aos núcleos, sem obrigatoriedade de vincular-se aos programas de pós-graduação. São formados por pesquisadores docentes, visitantes, pós-doutorandos, discentes (doutorado e mestrado), graduados e alunos do curso de graduação, respectivamente bolsistas de aperfeiçoamento, iniciação em desenvolvimento tecnológico e inovação, iniciação científica, entre outros, que estabelecem relações de troca de informações, diálogos reflexivos, de desenvolvimento de pesquisas, estudos e análises críticas e, produção coletiva de conhecimentos.

No que se refere ao *Código de Ética*, entende-se que a pesquisa e a atitude investigativa são inerentes ao processo de materialização dos princípios presentes no Código de Ética (1993) e dos valores constantes no projeto ético político, pois a aproximação da profissão com a realidade social é condição para as análises científicas e a construção de saberes necessários para compreender as múltiplas determinações e relações que conformam os fenômenos sociais e propor alternativas de ação compatíveis com as necessidades e interesses dos usuários. Outrossim, destaca-se que os princípios da defesa de direitos, da democratização, da liberdade e da autonomia são impensáveis sem a mediação da investigação, pois é através dela que é possível identificar e vislumbrar estratégias concretas para sua efetivação no cotidiano de trabalho do (a) assistente social.

Além disso, a investigação, como um processo de construção de conhecimentos sobre o trabalho desenvolvido, sobre as demandas e necessidades sociais da população, relaciona-se diretamente com o compromisso com a qualidade dos serviços prestados aos (às) cidadãos (ãs) e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.

No que tange à *Lei de Regulamentação* a pesquisa e a atitude investigativa compõem as competências e atribuições do/a assistente social:

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

VII - **planejar, executar e avaliar pesquisas** que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

XI - realizar **estudos socioeconômicos** com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - **coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas**, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

IV - realizar **vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres** sobre a matéria de Serviço Social;

VIII - **dirigir e coordenar** associações, **núcleos, centros de estudo e de pesquisa** em Serviço Social [...]. (Brasil, Lei n. 8.662/1993, grifo nosso).

Como se pode notar, do conjunto de competências e atribuições definidas na Lei de Regulamentação da Profissão de 1993, as quais se constituem em diversas dimensões interventivas, complementares e indissociáveis, uma destas é a realização de estudos e pesquisas que forneçam informações e conhecimentos sobre as condições, o modo de vida e as demandas da classe trabalhadora, e possam subsidiar o planejamento e, neste, o diagnóstico, a elaboração de planos, a execução, o monitoramento e avaliação – mecanismos esses comuns na gestão pública das políticas sociais com as quais os/as assistentes sociais trabalham. Além disso, a pesquisa e a atitude investigativa são inerentes à docência (graduação e pós-graduação) nos processos de ensino-aprendizagem e estágio em Serviço Social.

Ressalta-se também que a pesquisa e a atitude investigativa são inerentes ao desenvolvimento de estudos socioeconômicos para identificação de demandas e necessidades sociais e a realização de visitas, perícias técnicas, laudos, pareceres sobre matéria de Serviço Social, bem como perpassam o atendimento aos usuários (indivíduos, grupos de diferentes segmentos sociais, famílias, população) dos serviços, programas, projetos e benefícios sociais.

Nesse sentido, a mediação da pesquisa viabiliza o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos como sujeitos políticos, estimulando a formação de consciências críticas para apreensão das contradições econômicas e político-ideológicas inerentes à sociedade capitalista e organização política dos diferentes segmentos da classe trabalhadora para o fortalecimento e a ampliação de mecanismos de resistência contra a retirada de direitos e a luta pela construção de processos sociais emancipatórios.

Nessa perspectiva, o trabalho do/a assistente social torna-se fundamental, considerando que a categoria profissional é parte da classe trabalhadora e que o projeto ético-político do Serviço Social vincula-se a um projeto de transformação da sociedade no horizonte estratégico da ampliação dos direitos, em direção de uma nova ordem social, sem dominação, exploração e opressão de classe, etnia e gênero.

Dessa forma, um aspecto a ser considerado, no que toca à pesquisa e atitude investigativa, é a *centralidade dos sujeitos* com os quais se tem o contato direto, sejam indivíduos, famílias, grupos, coletividades, povos, tribos, etc. Este é um dos cuidados que precisa ser considerado, o sujeito não é o objeto nem da intervenção, tampouco da investigação.

A preocupação com a centralidade do sujeito refere-se a sua *condição ontológica e não como estratégia metodológica* pertinente à pesquisa. Ou seja, trata-se de possibilitar através da pesquisa, maior visibilidade ao sujeito, à sua experiência e ao seu conhecimento, cuja natureza, se desvendada, poderá permitir desenvolver práticas cada vez mais comprometidas ética e politicamente com a realidade desses sujeitos, buscando no coletivo e na troca de saberes alternativas de superação das condições de privação e exclusão social. Ainda, esta condição ontológica reconhece ao sujeito esse potencial, portanto sua autonomia. (Bourguignon, 2008, p. 144).

Para tanto, é preciso enfatizar alguns pressupostos. Primeiro, *reconhecer a singularidade do sujeito*, que supõe “conhecê-lo, ouvi-lo, escutá-lo, permitir-lhe que se revele [...] no discurso e na ação.” (Martinelli, 1999, p. 22), compreendendo-o enquanto ser social e genérico, objetivo e subjetivo, que se encontra em relação constante consigo mesmo, com a natureza e outros sujeitos e que sua atuação no mundo e seu desenvolvimento são determinados pelas condições sócio-históricas, culturais e econômicas de uma dada sociedade. Um sujeito que tem em sua natureza uma dimensão coletiva, pois em sua singularidade e relações particulares expressam vinculações de classe, considera a vivência cotidiana conecta às múltiplas determinações da realidade em que vive. Dessa forma, o que singulariza o ser social é a maneira como percebe, capta e vive essas determinações nas diversas ações humanas, de acordo com as condições externas e internas possíveis (Pastor, 1998).

Outro pressuposto essencial é *reconhecer a experiência social do sujeito* não apenas em suas condições de vida, mas em seu modo de vida, em suas formas de ser, sentir, agir, pensar, imaginar, realizar, lutar e resistir, às quais envolvem sentimentos, percepções, emoções, pensamentos, sonhos, valores, ideais, crenças,

costumes, hábitos, culturas e práticas sociais, etc. Supõe, pois, que o sujeito possa expressá-los sem preconceitos e julgamentos, seja compreendido em seus limites e possibilidades e enquanto ser social capaz de fazer escolhas e tomar decisões. Afinal, em suas narrativas orais homens e mulheres aceitaram e confiaram no uso do que será feito das informações e dados expressos por eles/elas, confidências recolhidas numa relação de confiança que só se pode estabelecer na relação entre dois indivíduos (Bourdieu, 2008). Deve-se, pois, primar pelo rigor científico e compromisso ético-político de

[...] cuidar primeiramente de proteger aqueles que em nós confiaram (especialmente mudando, muitas vezes, as indicações, tais como nomes de lugares ou de pessoas que pudessem permitir sua identificação); mas convinha também, e acima de tudo, procurar colocá-los ao abrigo dos perigos aos quais nós exporíamos suas palavras, abandonando-as, sem proteção, aos desvios de sentido. (Bourdieu, 2008, p. 9).

Isso implica em assumir uma postura ética de compromisso social e político com a vida humana, nas diversas circunstâncias sociais, no sentido de “não deplorar, não rir, não detestar, mas compreender” (Bourdieu, 2008, p. 9), pois cada qual carrega consigo valores, frutos de sua história pessoal e social, de vivências e experiências do seu tempo e espaço concreto existencial.

Além desses dois pressupostos, há um terceiro, que é o de *viabilizar o retorno e/ou devolução de estudos e pesquisas aos sujeitos envolvidos*, no sentido de que estes possam utilizar o conjunto das informações colhidas e os conhecimentos produzidos para o fortalecimento do protagonismo individual e coletivo, que sirvam de instrumento para a construção de alternativas de luta e resistência social e política, bem como para qualificação das políticas públicas sociais e fins de acesso e garantia aos serviços sociais junto às esferas públicas e privadas. E, além disso, possam ser capazes de provocar uma postura de indagação, reflexão e diálogo crítico, capaz de gerar conhecimentos novos e propiciar a elevação do nível de consciência deste sujeito de modo que se reconheçam como sujeitos políticos capazes de compreender e agir em sua própria realidade com autonomia e no fortalecimento de seus interesses e da coletividade.

Portanto, a devolução é um direito dos sujeitos implicados e é um dever ético-político do (a) assistente social em todas as suas intervenções e do/a pesquisador/a,

de assegurar o direito de acesso à informação sobre a forma de sistematização dos dados obtidos e dos resultados alcançados com estudos e pesquisas efetuadas, conforme o explicitado no Código de Ética Profissional de 1993.

Orientada pelo compromisso ético-político, a *pesquisa e a atitude investigativa*, dimensão inseparável do processo de formação e do trabalho cotidiano do/a assistente social, possuem vinculação direta e ancoram-se no projeto profissional construído pela categoria, expresso na base legal e normativa (Código de Ética Profissional do Assistente Social/1993; Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social – Lei 8.662/1993; e, Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional em Serviço Social – ABEPSS, 1996 e MEC-SESu/CONESS, 1999) e na sua relação com a dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Na dimensão teórico-metodológica, “[...] através da pesquisa sólida e rigorosa, desenvolve-se a capacidade de o assistente social compreender seu papel profissional no contexto das relações sociais [...] numa perspectiva de totalidade social” (Guerra, 2009, p.714), considerando o caráter contraditório presente no exercício profissional, expresso na luta de classes na sociedade capitalista e presentes nos fenômenos sociais e espaços ocupacionais que “contêm elementos simultaneamente reprodutores e superadores da ordem” (Iamamoto, 2009, p. 344).

Isso implica ainda, à apreensão da dinâmica social e das formas particulares que assume no cotidiano da ação institucional nas esferas pública e privada, que circunscrevem as estratégias profissionais acionadas para fazer frente às refrações da questão social – base fundante e elemento que dá concretude à profissão. Logo, é imprescindível desvendar a questão social, suas manifestações e expressões concretas na realidade social, e identificar/compreender os mecanismos acionados pelas classes sociais e o papel do Estado, “visto ser daí que emanam as requisições profissionais, os condicionantes do seu trabalho e as respostas possíveis formuladas pelo Assistente Social.” (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996, p. 13).

Na dimensão ético-política, a pesquisa e a atitude investigativa viabilizam que se “[...] apreenda a sociedade como um espaço de contradições, os interesses sociais e econômicos subjacentes aos distintos projetos societários [...]. Ela indica os protagonistas da cena política, suas articulações e alianças e possibilita identificar aliados” (Guerra, 2009, p. 714). Ou seja, como se concretiza a luta de classes,

observadas as particularidades histórico-culturais que integram a estrutura da sociedade capitalista brasileira, dado que a questão social “[...] condensa um conjunto de desigualdades e lutas sociais, produzidas e reproduzidas no movimento contraditório das relações sociais [...], expressa, portanto, “*uma arena lutas políticas e culturais*” (Iamamoto, 2008, p. 156), próprias da relação contraditória entre o capital e o trabalho na ordem societária vigente.

Crescem os níveis de exploração e desigualdades, assim como no seu reverso, as insatisfações e resistências presentes nas lutas do dia-a-dia, ainda carentes de maior organicidade e densidade política. Na sua maioria, silenciadas pelos meios de comunicação, essas lutas condensam a recusa do instituído e expressam iniciativas tensas e ambíguas, que adensam um processo de acumulação de forças que procura avançar historicamente no horizonte da igualdade. Lutas tímidas, mas vivas nos âmbitos do direito ao trabalho e do trabalho; luta pela reforma agrária; pelo acesso aos serviços públicos no atendimento às necessidades básicas dos cidadãos contra as discriminações étnico-raciais e de gênero; pela defesa do meio ambiente, das expressões culturais etc. (Iamamoto, 2008, p. 145).

Portanto, é imprescindível captar “o significado social e político das demandas e respostas profissionais” (Guerra, 2009, p. 714) nas formas de contestação, resistência e ruptura presentes nas expressões e na constituição das formas de enfrentamento à questão social na realidade brasileira, com as quais o Serviço Social se depara no trabalho cotidiano. Não obstante,

a profissão é interpelada e desafiada pela necessidade de construir mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais. Isso porque, como sabemos, questão social é luta, é disputa pela riqueza socialmente construída. (Yazbek, 2014, p. 686).

Isso exige capacidade de aproximação e articulação da profissão com outras categorias profissionais e movimentos sociais populares da classe trabalhadora na perspectiva de construir ações conjuntas de resistência à ordem societária vigente, de superação de processos sociais subalternizadores, de defesa de direitos e políticas públicas. Para tanto, é crucial o incremento de ações profissionais de caráter coletivo que contribuam para a intensificação de processos de organização e mobilização popular capazes de alterar a correlação de forças presente na luta de classes na busca pela transformação da ordem societária.

Tais mediações, políticas e ideológicas, exigem “estreito vínculo com os modos de pensar/agir dos profissionais” (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996, p. 14), por isso, no nível da *dimensão técnico-operativa* a pesquisa e a atitude investigativa ensejam, por meio da elaboração de estudos, diagnósticos e análises e avaliações, a produção de conhecimentos sobre territórios, instituições, indivíduos sociais e famílias, necessidades e demandas profissionais, formas de resistência e defesa da vida dos diferentes sujeitos envolvidos, condições e relações sob as quais o trabalho profissional se realiza, limites e alternativas de respostas acionadas para fazer frente às expressões da *questão social* nos diferenciados espaços ocupacionais do/a assistente social. Por outro lado, fornecem subsídios que

Permite preparar respostas qualificadas às demandas institucionais, organizacionais ou dos movimentos sociais, vislumbradas no projeto de intervenção profissional. Pela via da pesquisa é facultado ao profissional formular respostas que não apenas atendam às demandas, mas que, compreendendo o conteúdo político delas e o contemplando, ele possa reconstruí-las criticamente. (Guerra, 2009, p. 715).

Nesse sentido, a construção/reconstrução do objeto de planejamento do trabalho profissional e a elaboração de propostas de intervenção identificadas como prioridades relacionadas ao objeto reclamam a definição de estratégias e de instrumental técnico-operativo que efetive ações em resposta às requisições dos sujeitos que demandam a profissão.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões contidas neste artigo buscaram mostrar a importância e a transversalidade da pesquisa e da atitude investigativa para a formação e o exercício profissional, mesmo diante das dificuldades e dos desafios com os quais o Serviço Social tem se defrontado no universo da produção e reprodução da vida social, em face das transformações societárias em curso. Estas têm resultado em processos de precarização na formação profissional, com rebatimentos na qualidade do ensino e no aligeiramento da pesquisa e da capacidade de construção de conhecimentos de forma crítica e autônoma, além do delineamento de novos contornos para o mercado de

trabalho dos (as) assistentes sociais, com novas requisições, condições e relações de trabalho que incidem sobre sua autonomia, voltando-se para as demandas flexíveis do mercado, que reforçam os mecanismos ideológicos de submissão dos profissionais.

Entre os diversos desafios postos ao Serviço Social enumera-se: i) fortalecer a função da investigação constante, com apropriação efetiva do método materialista histórico e dialético como ferramenta analítica na formação e no exercício profissional, no sentido de evitar leituras descontextualizadas, reducionistas e fragmentadas da realidade social; ii) superar a cisão entre teoria e prática, praticismo e teorismo, a universidade como locus do conhecimento e os espaços sócio-ocupacionais como consumidores de conhecimentos sem relação crítica, ou restritos à execução de atividades, garantindo a unidade dialética entre investigação/intervenção, saber/fazer, teoria/prática; iii) recuperar o significado da pesquisa e da atitude investigativa no cotidiano de trabalho profissional, tecendo problematizações, com fome de descobertas, combinando razão e sensibilidade, rigor e criatividade, ciência e arte, conhecimento e ação, exaltando os “achados” da investigação, mas não se limitando a esses “achados” e desejando avançar mais, valorizando os sujeitos sociais nela implicados; iv) “fazer o caminho de volta”, o retorno e o alcance social dos conhecimentos produzidos, retornando à realidade que sustentou sua produção, criando instâncias de mobilização junto aos sujeitos sociais, à comunidade, às organizações sociais e ao poder público, comprometidas com processos concretos que garantam materialidade aos propósitos e valores defendidos pela categoria no projeto ético-político profissional.

## REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social** (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 30 ago. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4 ed. Revista e atualizada. Lisboa: Edições 70, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto (MEC). Secretaria de Educação Superior. Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares**. Brasília: MEC, 1999. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311140412406970.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311140412406970.pdf). Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto (MEC). **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social**. Resolução nº 15, de 13 de março de 2002. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311141012990370.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf). Acesso em: 30 ago. 2023.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras; Ponta Grossa, PR, UEPG, 2008.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Diretório dos Grupos de Pesquisa**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/web/dgp/por-area>. Acesso em: 27 jun. 2018.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. São Paulo: Cortez, 1997.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 701-718.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS – Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 341-376.

LEFEBVRE, Henri. **Marxismo**. Tradução de William Lagos. Porto Alegre, RS: L & PM Pocket, 2009.

MARTINELLI, Maria Lúcia. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In: MARTINELLI, Maria Lúcia (org.). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999, p. 19-29.

PASTOR, Márcia. Individualidade e totalidade como elementos para a reflexão no Serviço Social. **Serviço Social em Revista**, Londrina, PR, v. 1 n. 1 p. 43-57, jul./dez.

1998. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/n1v1.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flavio Cruz. Problematizando o uso da técnica de Análise Documental no Serviço Social e no Direito. **Revista Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 15, n.2, p. 111-125, jul.-dez. 2009. Disponível em: <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/356>. Acesso em: set. 2023.

PRATES, Jane Cruz; BULLA, Leonia Capaverde; CARRARO, Gissele; RODRIGUES, Juliana; TONÓN, Eduardo B. A contribuição dos grupos de investigação para a formação em Serviço Social: uma experiência de articulação entre graduação e pós-graduação. **Revista de Trabajo Social – FCH – UNCPBA**, Tandil, Año 5, n. 7, Vol. 4, p. 173-183, jul. de 2012. Disponível em: [http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9359/2/A\\_contribuicao\\_dos\\_grupos\\_de\\_investigacao\\_para\\_a\\_formacao\\_em\\_servico\\_social\\_uma\\_experiencia\\_de\\_articulacao\\_entre.pdf](http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9359/2/A_contribuicao_dos_grupos_de_investigacao_para_a_formacao_em_servico_social_uma_experiencia_de_articulacao_entre.pdf). Acesso em: 30 ago. 2023.

PRATES, Jane Cruz. Formar para além do mercado e para o uso substantivo do instrumental de trabalho. **Revista Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 01 - 06, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321527373001.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.

SIMIONATTO, Ivete. Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, (Recife), ano V, n. 9, jan./jun. de 2005, p. 51-62.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da; CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de. A pós-graduação e a produção de conhecimento no Serviço Social brasileiro. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 4, n. 8, p. 192-216, dezembro de 2007. Disponível em: <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/129/123>. Acesso em: 30 ago. 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/05.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023.

### Gissele Carraro

Doutora e Mestra em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professora no Núcleo de Estudos Cubanos (NESCUBA), do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), da Universidade de Brasília (UNB). Pesquisadora Colaboradora do Grupo de pesquisa "Trabalho, Formação Profissional em Serviço Social e Política Social na América Latina", da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Chefe de Projeto II, da Coordenação Geral de Gestão do Trabalho e Educação Permanente (CGGTEP), do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (DGSUAS), da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).